



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2719 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A vida longe de casa: Possibilidades e conflitos na vida universitária de estudantes negros da UFSJ
Pamella Silva Alves - UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Resumo

A presente pesquisa investiga as experiências universitárias de estudantes negros desfavorecidos socialmente que ingressaram no ensino superior público. O estudo tem por objetivo compreender os limites e possibilidades da vida cotidiana de cinco sujeitos pobres e negros que ingressaram pelo sistema de cotas na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em cursos socialmente reconhecidos como prestigiosos, sendo estes: Medicina, Engenharia Química, Arquitetura, Psicologia e Engenharia Civil. Também pretende-se analisar as relações que estabelecem por viverem longe de casa, processo de mudança geográfica sofrido pela saída de suas respectivas cidades, por conta da universidade. O interesse é reconstruir as trajetórias escolares dos jovens, interpretar quais as suas características individuais, origens sociais e como lidam com a identidade racial. Os procedimentos metodológicos deste trabalho se baseiam na concepção de cotidiano de Certeau (2014), com uma perspectiva etnográfica. Os estudantes serão acompanhados nos diferentes espaços de organização da vida comum, e os estudos serão complementados por entrevistas, na busca de interpretar suas condições sociais.

Palavras-chave: Estudantes negros e pobres, universidade pública, ações afirmativas, vida cotidiana.

A VIDA LONGE DE CASA: POSSIBILIDADES E CONFLITOS NA VIDA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES NEGROS DA UFSJ

Resumo

A presente pesquisa investiga as experiências universitárias de estudantes negros desfavorecidos socialmente que ingressaram no ensino superior público. O estudo tem por objetivo compreender os limites e possibilidades da vida cotidiana de cinco sujeitos pobres e negros que ingressaram pelo sistema de cotas na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em cursos socialmente reconhecidos como prestigiosos, sendo estes: Medicina, Engenharia Química, Arquitetura, Psicologia e Engenharia Civil. Também pretende-se analisar as relações que estabelecem por viverem longe de casa, processo de mudança geográfica sofrido pela saída de suas respectivas cidades, por conta da universidade. O interesse é reconstruir as trajetórias escolares dos jovens, interpretar quais as suas características individuais, origens sociais e como lidam com a identidade racial. Os procedimentos metodológicos deste trabalho se baseiam na concepção de cotidiano de Certeau (2014), com uma perspectiva etnográfica. Os estudantes serão acompanhados nos diferentes espaços de organização da vida comum, e os estudos serão complementados por entrevistas, na busca de interpretar suas condições sociais.

Palavras-chave: Estudantes negros e pobres, universidade pública, ações afirmativas, vida cotidiana.

Introdução

O estado regula a cidadania e ao propor políticas universalistas reafirma que a ascensão social é dependente de ações individuais. Ao considerar os sujeitos envolvidos na esfera social, alguns grupos são priorizados e outros estigmatizados. Paiva (2010) denomina esse fenômeno de *apartheid social*. As atividades organizadas dos Movimentos Negros começam a reivindicar e a propagar a identidade negra construída no processo de afirmação, desmascarando a *cordialidade* da mestiçagem. Até mesmo porque, se existisse igualdade de oportunidades os índices sociais estariam estabilizados entre os grupos.

Essas denúncias contra a discriminação racial tem o intuito de contribuir com a diminuição de injustiças históricas. Como por exemplo, a luta que foi realizada para que as universidades públicas repensassem sua função social, de receber grupos que sempre foram mantidos a margem, por meio de “compensações ou proteção para partes específicas da população” (PAIVA 2010, p. 22).

As discussões sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil foram fortalecidas após a *Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. A cidade escolhida para sediar o evento foi Durban na África do Sul, no ano de 2001, e reuniu representantes de várias partes do mundo. As expectativas eram de assumir compromissos para superar as disparidades, ao colocar em pauta a diversidade.

A conferência ganhou grande repercussão na mídia brasileira à medida que a questão racial ficou mais evidente. No que refere aos segmentos que levantaram a bandeira da política emergencial no espaço universitário, dentre eles intelectuais, militantes e professores, cabe ressaltar que enfrentaram fortes resistências.

Assim sendo, foram produzidos calorosos embates sediados em diferentes espaços sociais entre aqueles que se posicionavam contra e a favor de tais medidas. Os movimentos sociais conseguiram colocar na agenda social o compromisso governamental de criação de normas legais específicas que potencializam a igualdade. Nessa perspectiva, a luta era para que estudantes pobres com extensão aos negros, usufruíssem do benefício formalmente, porque se nem a lei é parâmetro para a cidadania, seria muito mais difícil sem regulamentos particulares para os sujeitos que sofrem com desigualdades estruturais.

Segundo Paiva e Almeida (2010) existe um grande desconhecimento acerca da discussão *decotas para negros* nas universidades desde quando essas medidas foram inauguradas. Em geral os estudantes mais beneficiados por essas políticas são oriundos de escolas públicas, apesar de existir um viés racial.

Não existe tanta oposição “[...]quando estão em consideração outros grupos beneficiados, como indígenas ou estudantes egressos de escola pública” (PAIVA; ALMEIDA, 2010, p. 112). Especificamente as polêmicas em torno da adoção de políticas afirmativas são geradas porque elas provocam transformações na estrutura social, desarruma a uniformidade na qual sempre predominaram deliberações universalistas. Visto que, apesar das dissimetrias, essas já eram naturalizadas, como um consenso social. Em se tratando de políticas isoladas, a sociedade é obrigada a reconhecer legalmente que existem desigualdades, inclusive raciais.

Em 2012, houve um marco com a promulgação da Lei nº 12.711. O regulamento versa que as instituições públicas federais de nível superior passam a reservar no mínimo 50% das matrículas para estudantes que tenham cursado na íntegra o ensino médio em estabelecimentos públicos. O restante continua a ser disputado por Ampla Concorrência.

Numa percepção de equidade, se a sociedade oferece oportunidades diferenciadas ao longo das gerações, é fundamental a criação de medidas de subversão das ordens que vigoram. É preciso desconstruir as distâncias culturais que foram criadas. A referência neste contexto é que se existem negros oriundos da educação básica pública, eles podem ser contemplados por essa modalidade. Munanga (2001, p.32) ao tratar sobre a *discriminação positiva*, como sendo tratamentos diferenciados a grupos estigmatizados que estão situados a margem da sociedade, chama a atenção de como: “Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista”.

No contexto de pós-escravidão no Brasil, e durante a formação do sistema capitalista, os negros não tiveram influência ativa na orientação jurídica-política nos processos de reconstrução social, para que pudessem defender seus interesses na nova ordem urbana. É como se houvesse um abismo entre o antigo regime escravista e a ordem econômica atual. Não foi criado nenhuma ponte que permitisse essa transição. Pelo contrário, as classes dominantes criaram outro caminho que substituiu os caminhantes pelos europeus. (FERNANDES, 1955).

Feitas tais considerações, cabe destacar que as ações afirmativas como dispositivos de instrumentalização de igualdade reconstruem a função formadora da universidade, que ameniza o seu caráter colonizador. Principalmente com essas técnicas que promovem a diminuição de injustiças históricas, espera-se que este estudo agregue mais fontes para que se consiga avançar na discussão sobre a vida de estudantes negros no ensino superior. Para dar conta desse procedimento próprio constituído na forma da lei 12.711, foi adotado neste trabalho a perspectiva institucional de Michel de Certeau (2014), que inscreve estratégias como lugares físicos em que as forças se distribuem e são reguladas a partir de uma ordem estabelecida.

A importância da investigação de vidas universitárias negras se justifica, pelo *poder simbólico* que os cursos prestigiosos frequentados por estes estudantes carregam. A presença dos jovens nestes universos disputados, significa

desproduções dos consensos do campo universitário, esses *outsiders* precisam desenvolver táticas para aprender *o jeito do jogo*. Ou seja, apropriar-se do espaço daqueles que ditam as regras do lugar. Com os referidos ajustamentos legais, as barreiras sociais são transpostas, provocam *redimensionamentos das universidades* e acarretam incômodos na oligarquização institucional, posta pelo revés do racismo, nos diferentes espaços públicos.

Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo compreender e analisar os limites e as possibilidades da vida universitária de cinco estudantes pobres e negros que vivem longe de casa, e que ingressaram pelo sistema de cotas na UFSJ, em cursos socialmente reconhecidos como prestigiosos, sendo: Medicina, Engenharia Química, Arquitetura, Psicologia e Engenharia Civil.

Vale caracterizar que denomino como prestigiosos os cursos que ostentam representação social. Aqueles em que a competição é mais acirrada nos processos seletivos, exigem maior uso do *capital escolar* e são mais propícios a legitimação de desigualdades sociais.

Sendo assim, pretendeu-se arquitetar o objeto da pesquisa reconstruindo as trajetórias escolares das pessoas escolhidas, explorando: Qual o perfil desses cinco estudantes que ingressaram nos cursos mais disputados da UFSJ? Quem são eles e quais são as suas características individuais? Como são as suas relações familiares e origens sociais? Quais os caminhos percorridos até a entrada na universidade? Na condição de cotistas, como lidam com a identidade racial? Busco compreender, como incorporam a vida cotidiana e as relações estabelecidas? Quais as expectativas em relação aos seus cursos? E que táticas desenvolvem para lidar com as estratégias da universidade?

Metodologia

Sendo assim, o trabalho se baseia fundamentalmente em práticas de acompanhamento dos cinco estudantes escolhidos, dos cursos mais prestigiados da UFSJ. A partir da escolha das carreiras, é também preciso descobrir se os estudantes são negros e considerar se também são pobres. Nessas circunstâncias, provavelmente o trabalho lida com minorias sociais. "Sua função é tornar visível aquelas situações da vida que estão escondidas e que, só por virem a luz são elementos de denúncia do *status quo* (CARDOSO, 2004, p. 95).

Esta pesquisa se caracteriza pelos estudos das *práticas ordinárias*, pela potencialidade da organização da vida cotidiana. Busco conhecer os locais na cidade que os pesquisados ocupam, os seus espaços domésticos, contatos com colegas de sala, lugares de consumo, como são aproveitados os lugares da universidade, relações intrafamiliares e subtrajetórias complementares. Os estudos da vida universitária dos jovens serão complementados pelo método da *entrevista compreensiva* de Jean-Claude Kaufmann (2013), a fim de compreender suas particularidades inseridas na vida social.

Resultados provisórios

Saliento que, como a pesquisa se encontra em andamento ainda não existem resultados. Mas, pressupõe-se que jovens negros encontram mais desafios na vida universitária, mesmo com a criação de estratégias compensatórias, sendo necessário o desenvolvimento de táticas para fugir aos *determinismos* impostos pela sociedade. Uma vez que, o racismo estrutura algumas relações sociais. Logo, está presente na universidade a dissimetria racial entre negros e brancos. Espaço propício para sobreposição das opressões de raça e classe.

Referências

PAIVA, Angela Randolpho. **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Editora, 2010.

PAIVA, Angela Randolpho; ALMEIDA, Lady Christina. Mudança no campus: falam os

gestores das universidades com ações afirmativas. In: PAIVA, Angela Randolpho

(Org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Editora, 2010, p.75-116.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 16 de março.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Organização Ruth C. L. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. ALVES, Ephraim Ferreira. 22 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**. Petrópolis, Rio de JANEIRO: Vozes, (2013)

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. p. 31-43, 2001.